



1997

2000

AMOR PELO MUNICÍPIO

# PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCURICI

Estado do Espírito Santo

## LEI Nº 325

Dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.

O Prefeito Municipal de Mucurici/ES faz saber que a Câmara Municipal, a provou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica criado o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.

Art. 2º - O Conselho será constituído por 05 ( cinco ) membros, sendo:

- a) um representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos;
- b) um representante dos professores e dos diretores das escolas públicas do ensino fundamental;
- c) um representante de pais de alunos;
- d) um representante dos servidores das escolas públicas do ensino fundamental;
- e) um representante do Conselho Municipal de Educação.

§ 1º - O membro do Conselho representante da Secretaria de Educação, Cultura e Desportos, será indicado pelo Prefeito Municipal, os demais membros do Conse -



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCURICI**  
Estado do Espírito Santo

Continuação da Lei nº 325.

Conselho serão eleitos por sua classe representada, sendo os seus nomes submetidos à votação secreta.

§ 1º - O mandato dos membros do Conselho, será de 02 (dois) anos, vedada a recondução para o mandato subsequente.

§ 2º - As funções dos membros do Conselho não serão remuneradas.


Art. 3º - Compete ao Conselho.

- I) - acompanhar e controlar a repartição, transferência e aplicação dos recursos do Fundo;
- II) - supervisionar a realização do Censo Educacional Anual;
- III) - examinar os registros contábeis e demonstrativos gerenciais mensais e atualizados relativos aos recursos repassados ou retidos à conta do Fundo.

Art. 4º - As reuniões ordinárias do Conselho serão realizadas mensalmente, podendo haver convocação extraordinárias, através de comunicações escrita, por qualquer de seus membros, ou pelo Prefeito.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cabinete do Prefeito, em 05 de dezembro de 1997.

  
-PREFEITO MUNICIPAL-